



O Brasil e as Operações de Paz¹

L. P. Macedo Carvalho*

O artigo mostra os novos conceitos de operações de paz, informa sobre a participação de brasileiros nesse tipo de operações e apresenta reflexões sobre elas, tal como se apresentam no mundo que vivemos.

Extraído de palestra proferida, pelo autor, no XXI Congresso Internacional de História Militar, realizado no Canadá, no corrente ano, e que tinha, como tema: "Manutenção da Paz de 1815 a 1995."

*"Manutenção da paz não é missão de soldado,
mas somente o soldado pode realizá-la."*

Moskos – Sociólogo Militar

NOVOS CONCEITOS

A mudança da natureza dos conflitos após o término da Guerra Fria fez ressurgir antigos desafios para a manutenção da paz entre os Estados e os povos do globo terrestre, colocando em risco a segurança coletiva mundial.

Por muitos anos, as operações de paz significaram ações militares para conter conflitos e evitar sua ampliação. Hoje, as mis-

sões de paz tornaram-se muito mais ambiciosas e complexas, ultrapassando os padrões originais.

As operações de paz tradicionais resumiam-se em desdobramento de forças de coalizão ou multinacionais no terreno, com a finalidade de monitorar e facilitar a implementação de um acordo de cessar fogo existente em apoio de esforços diplomáticos para solucionar politicamente a disputa.

* Coronel-de-Artilharia e Estado-Maior do Exército. Atual Presidente do Instituto de Geografia e História

Militar do Brasil (IGHMB).

1. Selecionado pelo PADECEME.

No passado, as operações de paz deviam satisfazer a três princípios:

- obter o consentimento de ambos os contendores, inclusive um convite explícito do(s) país(es) onde as forças de paz seriam desdobradas — o Art. 2^a da Carta das Nações Unidas estabelece que não autorizará “a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução...”;

- ser imparcial; e
- fazer uso da força somente em defesa própria.

O propósito óbvio de tais princípios era garantir a soberania dos Estados membros envolvidos no conflito.

Hoje, distinguir entre negócios internos e internacionais torna-se, cada vez mais, difícil.

No presente, novos conceitos vêm sendo aceitos para impor a paz no mundo.

Em 1991, na Declaração de Santiago, a Organização dos Estados Americanos (OEA) proclamou que a “*eliminação da democracia em um país membro não é apenas uma questão interna, mas ameaça à segurança coletiva*”.

Boutros-Ghali, Secretário Geral da ONU, recentemente, fez alusão à “*dimensão universal da soberania, que reside em toda a humanidade e concede a todos os povos legitimidade para envolver-se em questões que afetam o mundo como um todo*”.

Como se verifica, as operações de paz transformam-se gradualmente em ações de combate para evitar guerras e resolver conflitos.

A doutrina emergente resultante dos novos desafios da crescente violência sugere outras formas de operações de paz, quais sejam: de **manutenção da paz** (*peace-keeping*) – monitoramento de cessar fogo estabelecido; de **imposição da paz** (*peace-enforcement*) – intervenção militar convencional com separação dos beligerantes pela força; de **pacificação** (*peacemaking*) – mediação diplomática com assessoria militar para colocar fim a disputas; e de **construção da paz** (*peacebuilding*) — esforço nacional típico de assuntos civis que possa implicar em desdobramento preventivo de tropa.

A alteração das missões de forças multinacionais desde o fim da Guerra Fria tem sido profunda, à luz das estatísticas: o crescimento de menos de 10.000 homens envolvidos em operações de manutenção da paz para cerca de 90.000 nos dias atuais e o aumento do custo de tais operações de US\$ 700 milhões, dois anos antes, para mais de US\$ 3 bilhões no final de 1993. Durante seus primeiros quarenta anos de existência, a ONU conduziu treze missões de manutenção da paz.

O princípio básico que norteou o convívio entre as nações por vinte séculos, raramente questionado, alicerçou-se no velho aforismo romano — “*si vis pacem, para bellum*”.² A máxima preparação para a guerra ocorreu no século XX, apesar de 75% de todas as mortes causadas por confrontos bélicos terem se verificado a partir da ascensão de Roma.

No começo dos tempos pós-Guerra Fria, o mundo foi tomado por uma euforia na qual os riscos de conflito global haviam desaparecido e as únicas ameaças remanescentes seriam os conflitos limitados.

2. Se queres a paz, prepara-te para a guerra.

Na verdade, o mundo está sendo dilacerado por tendências contraditórias: fragmentação e globalização. Vive-se em um mundo de incertezas e instabilidade, onde não se diferencia combatentes de não combatentes. Alegam que a alternativa é intensificar as operações de paz internacionais, mesmo com imposição da força.

O homem enfrenta o dilema: confiar no poder das Forças Armadas ou legitimar o uso da violência com fins políticos-econômicos.

“Não guardamos a visão do mundo sem guerra e isso, inevitavelmente, exige um sistema alternativo para enfrentar os conflitos”, declarou Adlai Stevenson há mais trinta anos.

Desde o período colonial até a atualidade, os brasileiros se orgulham de terem realizado várias operações de paz, não só no subcontinente sul-americano como em alémar.

BRASILEIROS EM OPERAÇÕES DE PAZ

Restauração de Angola (1645 e 1648)

A primeira missão de paz brasileira, se assim se pode considerar, teve lugar em África, para a chamada restauração de Angola, ocupada por forças holandesas, em 1645. Decorridos sessenta anos sob dominação espanhola, Portugal não tinha poder para empreendê-la, valendo-se então de brasileiros. Não foi bem-sucedida, por ter o comandante-em-chefe das forças luso-brasileiras, antigo governador do Rio de Janeiro, morrido.

3. Inclusive índios Tapuias.

A segunda deu-se três anos mais tarde, sob o comando do General Salvador Correia de Sá e Benevides, neto do fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, nascido nesta. Organizou ele uma frota de 15 navios, 4 comprados às suas expensas, com 600 marinheiros e 900 soldados,³ desembarcando próximo a Luanda, Angola, em 12 de julho de 1648.

Após derrotar 1.100 mercenários alemães, franceses e holandeses, reforçados por nativos africanos, e mais de um mês de cerco da Fortaleza de São Miguel, os invasores renderam-se à mais antiga Força Expedicionária Brasileira. Escapando através de São Tomé, os remanescentes holandeses abandonaram também suas últimas posições.

Operações de Paz no Rio La Plata

O velho antagonismo reinante na Península Ibérica entre Espanha e Portugal transferiu-se para a bacia do Rio de La Plata, no início do século XIX, na disputa para controlar o acesso e o comércio na área — entrada para o coração do território sul-americano. Em consequência desse conflito, surgiu o Estado tampão do Uruguai, em 1828.

No princípio de 1850, o ditador argentino Rosas, aliado ao caudilho uruguaio Oribe, sonhando reconstruir o antigo Vice-Reinado de La Plata, dominou o Uruguai e impôs um cerco ao governo legal de Montevidéu. Assim, em 1851, foi constituída uma força de paz argentino-brasileira, denominada “O Exército Libertador da América do Sul”, que rompeu o sítio de Montevidéu e libertou Buenos Aires da tirania de Rosas, em 1852. A missão foi cumprida a fim de preservar a independência da nova República do Uruguai.

Tão logo as forças brasileiras cruzaram a fronteira de volta para casa, entretanto, novas ameaças verificaram-se no Uruguai. Por solicitação do chefe de Estado uruguaio, o Brasil organizou uma "Divisão de Observação" para garantir a paz naquele país, lá permanecendo até dezembro de 1856.

A Paz do Chaco

A mediação do Brasil, junto com a Argentina, Chile, Estados Unidos, Peru e Uruguai, foi muito importante para pôr fim ao conflito armado entre a Bolívia e o Paraguai, irrompido nos idos de 1932. Colocou em execução, no campo-de-batalha, as cláusulas de segurança do Protocolo de Paz, firmado aos 12 de junho de 1935. A destacada atuação dos representantes do Brasil na Comissão Militar Neutra⁴ colaborou decisivamente para um acordo sobre a velha questão de limites e levar os beligerantes à cessação das hostilidades e desmobilização militar no Chaco Boreal.

Manutenção da Paz no Oriente Médio e em Chipre

A primeira experiência brasileira em operações de manutenção da paz com tropa, durante o século XX, aconteceu na faixa de Gaza, Egito, onde o Brasil manteve um batalhão de infantaria como integrante da Força de Emergência das Nações Unidas, para separar os beligerantes nas guerras árabes-israelenses.

4. Embaixador José Carlos de Macedo Soares e o então Coronel Estevão Leitão de Carvalho.

O Brasil contribuiu com vinte contingentes, empenhando um efetivo total de 6.300 homens, ao longo de 10 anos, de 1956 a 1967, além de um general brasileiro ter comandado a força da ONU, como um todo, por determinado período.

Os soldados brasileiros estiveram presentes também em Chipre, sob a bandeira da ONU, em 1964.

Força Interamericana de Paz na República Dominicana

Durante 16 meses, o Brasil participou da Força Interamericana de Paz (FIP), organizada pela OEA, para restaurar a ordem pública e a paz na República Dominicana, de 1965 a 1966.

O contingente brasileiro foi composto de comando e estado-maior, uma companhia de fuzileiros navais e um batalhão de infantaria. Mais de 3.000 soldados brasileiros, afora marinheiros e aviadores, tomaram parte naquela operação de paz na América Central. Dois oficiais-generais brasileiros comandaram a FIP.

Missões de Manutenção da Paz de Menor Porte

Na década dos anos sessenta, o Brasil deu contribuições menores como membro das forças de manutenção da paz das Nações Unidas no Congo (1960-1964), na Nova Guiné (1962-1963) e na Índia-Paquistão (1965-1966).

"Capacetes Azuis" Brasileiros Hoje

A partir de 1989, a presença militar brasileira tem aumentado e se diversificado em

operações de paz nas seguintes partes do mundo:

Angola — Desde 1989, os brasileiros se fazem presentes nesse país. Primeiramente, para supervisionar a retirada de 50.000 cubanos e, agora, a fim de prestar ajuda humanitária por meio de observadores militares, de uma equipe médica, de uma companhia de engenheiros reforçada e de um batalhão de infantaria, enviado recentemente, com a missão de monitorar a trégua entre os beligerantes locais.

El Salvador — Trinta e sete observadores militares brasileiros lá se encontram desde 1991, para controlar a desmobilização dos “contras”, assim como a trégua com as *guerrillas*, efetivar destruição de munição e limpeza de campos minados.

Equador — É a última operação de manutenção da paz em que o Brasil se engajou, onde um general e nove oficiais brasileiros acham-se em missão de observação, desde de março de 1995. A *Questão Côndor* de hoje resulta de litígios fronteiriços antigos que o Brasil, auxiliado pela Argentina, Chile e Estados Unidos, tentara solucionar, por intermédio do *Protocolo do Rio de Janeiro*, assinado em 1942.

Guatemala — Há dois oficiais de ligação brasileiros nesse país, com a missão de monitorar o acordo de paz, firmado entre os grupos oponentes.

Honduras - Costa-Rica — O Brasil mantém lá seis especialistas, sob a bandeira da OEA, em operações de desminagem.⁵

Moçambique — Em 1992, o Exército Brasileiro enviou um grupo de observadores, comandado por um general-de-divisão, para essa ex-colônia portuguesa, a fim de monitorar o cessar fogo. No ano de 1984,

uma companhia de pára-quedistas, reforçada por carros blindados e helicópteros, desembarcou na base de Mocuba, Zambézia, para patrulhar e manter a paz naquela região, efetuar busca e apreensão de armas, desarmar *guerrillas*, realizar desminagem e proporcionar assistência médica à população local.

Nicarágua — Desminagem está sendo executada por três especialistas brasileiros nesse país.

Ruanda — Durante 1993, havia sete mantenedores da paz brasileiros na Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda.

Ex-Iugoslávia — Um oficial-general e trinta e três observadores militares integram a Força de Proteção das Nações Unidas na Bósnia, Croácia, Sérvia e Macedônia, sob permanentes riscos, a partir de 1994, onde recentemente dois capitães do Exército Brasileiro foram usados como escudos humanos pelas forças sérvias.

REFLEXÕES FINAIS

As operações de paz foram intensificadas nos anos pós-Guerra Fria, iniciando uma nova era e doutrina no curso da história dos conflitos. Porém, manutenção da paz pressupõe que anteriormente se estabeleça a paz. Parece que o almejado fim dos conflitos, de fato, não se concretizou, a violência cresceu e novos tipos de ameaças surgiram em várias partes do mundo, tais como terrorismo internacional, purificação étnica, fundamentalismo religioso, amplo espectro de forte nacionalismo, drogas, narcotráfico, fome, miséria etc. Os conflitos tornaram-se bem mais complexos.

5. Limpeza de campos e áreas minadas.

Os EUA saíram da Guerra do Golfo como a potência militar hegemônica, mas não se decidiram ainda a assumir o papel de polícia do mundo, devido ao elevado custo desse encargo. Os EUA afiguram-se desfrutar do prestígio de *gendarme* internacional sem querer despende grandes somas monetárias do seu orçamento de defesa e sangue de seus soldados — solução impossível para o problema.

No discurso perante a Assembléia Geral da ONU, em 1990, o Presidente Bush ressaltou o papel desse organismo internacional e selou a aliança do gigante norte-americano com as Nações Unidas, afirmando que “*agora realizava sua promessa como parlamento mundial da paz*” e a apoiaria. Imediatamente o Pentágono deu início a um programa de estudos e treinamento para “*outras operações não de guerra*”,⁶ a fim de ficar em condições de cumprir novas possíveis missões da ONU.

Todavia, essa onda de euforia lançada pela “*Nova Ordem Internacional*”, em que as questões de segurança ficariam a cargo da ONU, em contrapartida provocou nos EUA crescente ênfase nos problemas domésticos e no imenso *déficit* orçamentário enfrentado pelo Governo norte-americano. A idéia de haver sido colocado um ponto final nas guerras levantou a esperança de que poderia de grandes dividendos da paz que poderiam ser aplicados nos aparentemente insolúveis problemas sociais domésticos.

No seu Relatório Anual de 1992, Perez

de Cuellar, Secretário da ONU, enfatizou a “*erosão da autoridade das Nações Unidas e a inação do Conselho de Segurança em face dos conflitos*” e mostrou claramente as opções que se defrontavam no conturbado mundo de hoje — “*anarquia ou ordem*”.

Contrapondo-se ao pessimismo de Peres de Cuellar, o novo Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, atendendo à orientação do Conselho de Segurança, no mês de julho de 1992, em *Uma Agenda para Paz*,

apresentou ambiciosa proposta otimista de expansão das responsabilidades desse organismo internacional, pela colocação em prática de diplomacia preventiva e diversos tipos de operações de paz, que virtual-

mente o tornaria *gendarme* do mundo. Acentuava a necessidade de ação. Definia a diplomacia preventiva como ações para evitar o surgimento de disputas, a escalada dessas em conflitos e limitar sua expansão no caso de ocorrência. Recomendava que as relações diplomáticas fossem suplementadas por missões militares. Sugeriu que as operações de paz com emprego de força militar se efetivassem antes da deflagração dos conflitos, desencorajando as hostilidades, como no caso da Macedônia, para impedir que o conflito da Bósnia se estendesse aos vizinhos dos Bálcãs. Em *Uma Agenda para Paz* ficava estabelecido que o emprego de forças militares dependeria apenas da aprovação do Conselho de Segurança diante de *ameaça à paz, rompimento da paz ou agressão*. Uma vez obtida a aprovação do Conselho de Segurança, as forças da ONU poderiam empreender as necessárias operações de combate

“*Ao ser criada, a ONU passou a refletir, no contexto internacional, os desígnios e diretrizes de um forte eixo Leste/Oeste impondo-se sobre o Norte/Sul.*”

6. Operações de paz.

para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais. Previa o Art. 41 da *Agenda* que os Estados membros da ONU mantivessem forças militares prontas a atender a um chamado, além de uma força especial de voluntários, fortemente armada, que ficava às ordens do Secretário-Geral. Tal princípio foi rejeitado pelos EUA.

Esse relatório também dava uma visão geral dos custos das treze operações de paz desencadeadas de 1945 a 1987, chegando a atingir o dispêndio de US\$ 8,3 bilhões, até 1992, e a morte de 800 homens de 43 países. Propunha que o pagamento desses crescentes custos, aproximadamente US\$ 3 bilhões anuais, fossem financiados pelo orçamento de defesa de cada país. Tal recomendação foi extremamente discutida no Congresso dos EUA. Concluía que a ampliação das necessidades de recursos financeiros e de efetivos para operações de paz *desafiava a capacidade, a política e as finanças... dos Estados membros*. Esse alerta gerou reações nos EUA, onde as reduções no orçamento público e no efetivo das Forças Armadas haviam sido grandes.

Dentro desses novos conceitos, o que contraria o prescrito pela Carta da ONU, as forças de paz seriam desdobradas sem necessidade de consentimento das partes em confronto e estariam autorizadas a fazer uso das armas para fazer cumprir as resoluções do Conselho de Segurança. Tais princípios baseavam-se na idéia de que *"a velha doutrina secular de absoluta e exclusiva soberania dos Estados não mais existe"*, o que provocou compreensível oposição.

Em abril de 1992, durante a campanha presidencial, Clinton defendeu a criação de uma força internacional que poderia *"ficar estacionada nas fronteiras de países ameaçados de agressão, para impedir grandes violências contra as populações civis, pro-*

porcionar socorro humanitário e combater terrorismo".

Logo após tomar posse, expediu a revolucionária *Diretriz Presidencial nº 13*, que apoiava a expansão imediata das operações de manutenção da paz e comprometia-se a empregar tropas sob o comando da ONU. Era o multilateralismo sobrepondo-se ao tradicional unilateralismo dos EUA na defesa dos seus interesses nacionais.

Com o aumento da oposição, em consequência do desastre sofrido pelas forças norte-americanas na Somália, Clinton deu uma guinada de 180 graus na política de segurança. Em pronunciamento na Assembléia Geral das Nações Unidas, no segundo semestre de 1993, enfatizou a necessidade de cautela no envolvimento das Forças Armadas dos EUA em operações de paz. Acentuou que o fim da Guerra Fria não proporcionara a esperada era de paz, mas fizera recrudescer as controvérsias étnicas, religiosas e territoriais. Lembrou que a ONU agora engajara 80.000 homens em 17 operações de manutenção da paz. Propunha a criação de um Comando Operacional de Paz da ONU, dotado de estado-maior especial, com apoio logístico, adequado a responder prontamente a emergências em qualquer lugar do mundo. Declarou também que *"se o povo norte-americano diz sim a operações de paz da ONU, as Nações Unidas devem saber quando dizer não"*. Além do mais, recomendava que antes de uma missão ser aprovada, dever-se-ia responder às seguintes perguntas: Constitui realmente uma ameaça à paz mundial? Há um objetivo definido a ser atingido? Há um ponto de controle final que determine quando retirar a tropa? Quanto custará a missão?

Rejeitava a posição multilateralista previamente assumida, afirmando que *"devemos não hesitar em agir unilateralmente"*

quando houver ameaça aos nossos interesses principais ou de nossos aliados". Esta detonado o processo para a revisão da *Diretriz Presidencial nº 13*.

Assim, foi baixada a *Diretriz Presidencial nº 25*, estabelecendo novos critérios para apoiar operações de paz antes dos EUA se envolverem nelas. Começava alertando que "*as operações de paz não deviam ser compromissos abertos mas, como declarou o Secretário de Defesa Perry, proporcionais aos nossos interesses*".

Destacava que as operações de paz deviam ter um prazo específico intimamente correlacionado com os objetivos intermediários e finais a serem atingidos, uma estratégia político-militar integrada, efetivo teto a apoiar logisticamente e uma estimativa orçamentária clara. Também listava fatores específicos a considerar antes de irem a votação no Conselho de Segurança. A decisão seria tomada levando-se em conta o peso cumulativo de tais fatores, "*não sendo qualquer deles absolutamente determinante*".

Outra questão enfocada foi a do comando e controle das forças dos EUA. Declarava claramente que o Presidente retinha e jamais cederia o comando das tropas norte-americanas até o menor escalão em campanha. Ainda que sob controle operacional estrangeiro, firmou doutrina que as tropas dos EUA não podem receber ordens de qualquer comandante estrangeiro. Ademais, determinava que os comandantes norte-americanos deviam ligar-se, separada e diretamente, com as autoridades dos EUA, em caso de controvérsia. Exemplo perfeito da aplicação da *Diretriz Presidencial nº 25* é encontrado no emprego da força-tarefa dos EUA sob o comando da ONU na Macedônia.

O mais importante aspecto da *Diretriz Presidencial nº 25* é o referente à obtenção

do apoio do Congresso dos EUA e da opinião pública norte-americana ao prescrever que "*o Congresso e o povo norte-americano devem aceitar... e também participar do processo de tomada de decisões relativas a operações de paz novas e em curso*".

Ficou assentado que o Departamento de Estado seria responsável pelas clássicas operações de manutenção da paz, em que as tropas monitoram um acordo com consentimento de ambos os contendores, enquanto o Departamento de Defesa assumiria responsabilidade pelas operações de pacificação que exigem o emprego de força, desde que autorizado.

Depois de longa e dura negociação com o Congresso, a *Diretriz Presidencial nº 25* foi expedida a 5 de maio de 1995, determinando que as Forças Armadas dos EUA só podem ser empregadas em operações de paz multinacionais se destinarem a "*proteger nossos interesses nacionais*".

Esse documento parte da premissa de que "*os EUA não podem resolver os conflitos do mundo... mas não acreditam que as Nações Unidas sejam capazes de estabelecer e manter a paz, particularmente se as hostilidades entre as partes persistem*".

O resultado da entrada em vigor dessa diretriz provocou cerrada oposição do Congresso a Clinton, e da opinião pública (70%), no recente caso de intervenção no Haiti.

Em janeiro de 1995, Boutros-Ghali apresentou outro documento que suplementa *Uma Agenda para a Paz*, em decorrência dos insucessos comprovados da ONU na Somália, Ruanda e Bósnia, bem como da reformulação das diretrizes presidenciais de Clinton. Reconheceu a importância do prescrito no Capítulo 1 da Carta das Nações Unidas, ao afirmar que "*o princípio de igualdade e de soberania... nada autorizará as*

Nações Unidas a intervirem em assuntos que estejam essencialmente dentro dos limites de jurisdição interna de qualquer Estado". Admitiu ainda que *"realmente, as Nações Unidas não podem impor ações preventivas e de pacificação aos Estados membros que não as aceitem"*. Evidente modificação dos poderes visualizados para a ONU em *Uma Agenda para a Paz*, no ano de 1992. A doutrina preconizada em *Uma Agenda para a Paz* viu-se, assim, substituída por um realismo mais cauteloso, com a declaração de que *"vivemos ainda um período de transição"*, em autorizando, recentemente, a criação de uma força de reação rápida de 12.500 homens, fortemente armada, para atuar na Bósnia.

Enfim, o impacto dos bilhões de dólares gastos e das perdas de vidas norte-americanas nas últimas operações de paz levaram os EUA a rever sua posição no cenário mundial. O Congresso dos EUA adverte que a resolução do Conselho de Segurança da ONU *"não constitui autorização para emprego de força dos EUA no Haiti..."* Mas, ficou comprovado também que as operações de paz das Nações Unidas não podem ser bem-sucedidas sem o apoio dos EUA.

A obtenção dos dividendos da paz é uma questão bastante complicada.

De fato, a inexistência de significante ameaça justifica a redução dos gastos com defesa nos orçamentos públicos. Entretanto, tais reduções acarretam desemprego de pessoas que pagam impostos. Por outro lado, os desempregados deixam de pagar impostos e têm de receber assistência social do governo, desaparecendo assim a economia de bi-

lhões de dólares proveniente dos cortes orçamentários com defesa. A desmobilização é muito difícil a curto prazo. Conclui-se, pois, que forças de paz multinacionais, sob o ponto de vista econômico, na atual conjuntura, são mais proveitosas para as grandes potências.

Ainda que o número total de conflitos armados de maior porte haja declinado nos últimos anos, a farta disponibilidade de armas, exportadas pelas grandes potências para o resto do mundo, não oferece alternativa às agressões regionais e internacionais. Desde o princípio dos anos 60, pelo menos, armas no valor de um trilhão de dólares cruzaram as fronteiras do Primeiro Mundo em direção ao Terceiro. Em 1994, a exportação de armamento da França para países subdesenvolvidos alcançou 45% do mercado e a dos EUA, 24%. As vendas de material bélico francês atingiram 11,4 bilhões de dólares. A França vendeu aeronaves, navios e submarinos a países do Oriente Médio e ao Paquistão. O maiores exportadores de material bélico, após a França e os Estados Unidos, foram o Reino Unido e a Rússia. Mais de 70% das armas vendidas no mundo vão para a Ásia e o Oriente Médio. A disseminação de armamento convencional é universal e uma das regiões mais militarizadas do planeta continua sendo a Europa.

Um outro ponto questionável é, também, o dilema de fazer clara diferença entre soberania nacional e necessidade de intervenção estrangeira, a fim de prestar assistência humanitária. O Direito Internacional consagra que mesmo certas violações de direitos humanos não justificam intervenção externa

"Em 1994, a exportação de armamento da França para países subdesenvolvidos alcançou 45% do mercado e a dos EUA, 24%."

nos negócios internos de um país. Assim, intervenção por razões humanitárias está longe de ser aceita universalmente.

As despesas com manutenção da paz não pagas à ONU totalizavam 645 milhões de dólares em fins de 1992. Nenhum dos países membros permanentes do Conselho de Segurança saldou os respectivos débitos.⁷ Os participantes das operações de paz das Nações Unidas costumam arcar, no mínimo, com 20% das despesas. Até o envio de tropas para Angola, em setembro próximo passado, o Brasil contribuía com 17,7 milhões de dólares anuais para a ONU. Ficava atrás apenas dos países do G7,⁸ da Rússia e da Espanha. Em artigo publicado no *Washington Post*, em 13 de agosto de 1995, no dizer de Boutros-Ghali, a ONU está falida. No final de maio do corrente ano, os Estados membros deviam à ONU 2.754 bilhões de dólares, sendo que só os Estados Unidos, 1.179 bilhões de dólares.

Em *Uma Agenda para a Paz*, Boutros-Ghali aponta a necessidade de manter de prontidão contingentes militares dos Estados membros da ONU, preparados para proceder intervenções multinacionais. Porém, é impositivo, antes de mais nada, definir uma doutrina para operações de paz. Os EUA, o Reino Unido e a China opuseram-se a tal idéia. Somente a França, a Rússia e outros países europeus aplaudiram a sugestão do Secretário Geral da ONU.

A colocação de forças nacionais sob o comando das Nações Unidas tem se revelado uma questão bastante delicada e gerado sérios atritos. Na realidade, a subordinação de tropas das grandes potências a comandos

da ONU é mais nominal do que real. Há que se considerar ainda o perigo de que as forças armadas de países menores se transformem em milícia internacional sob as ordens dos poderosos, encobertos pela bandeira das Nações Unidas.

A falta de legitimidade política, liderança e estratégia internacionais para enfrentar a violência no mundo de hoje podem levar à desmoralização da ONU.

Para acompanhar o desenvolvimento da doutrina de operações de paz, as forças armadas precisam ser treinadas, as academias militares e as escolas de estado-maior devem incluir em seus currículos o estudo desta nova forma de atuação do soldado em tempos normais.

O problema crucial é se os *capacetes azuis* continuarão a ser empregados desarmados, sob a orientação de civis desprovidos de conhecimentos táticos e estratégicos, para fazer face à violência com não violência. Parafraseando conhecido historiador e político norte-americano, em recente pronunciamento no Congresso dos EUA, “*espera-se que os soldados da ONU libertem reféns e não se tornem reféns*”.

Há risco de alguns governos discordarem de investir na manutenção da paz em áreas remotas, onde nenhum de seus interesses nacionais pareçam estar em jogo. A percepção de que interesses nacionais colidam com os de uma ONU potente reclama imediata revisão da Carta das Nações Unidas.

É difícil manter a coesão de uma força nacional, sob a égide da ONU.

Concluindo, a questão principal reside no fato de as nações decidirem ou não trans-

7. A Rússia e os EUA são os maiores devedores.

8. Alemanha, Canadá, EUA, França, Reino Unido, Itália e Japão.

formar realmente a ONU em uma entidade multinacional eficaz e eficiente.

Faz-se mister, antes da tomada de decisão em participar de qualquer operação de paz, criteriosa análise por parte do governo de cada Estado membro da ONU sobre a validade de tais ações, à luz dos respectivos interesses nacionais.

Maquiavel diz que “*uma guerra é justa quando se faz necessária*”.

A História leva a acreditar que a guerra é um conflito de culturas, conforme assevera Jonh Keegan. Como parte da natureza humana, é inevitável. Torna-se inacreditável é que a guerra, criação do homem, não possa também ser banida por ele. □

BIBLIOGRAFIA

- BOUTROS-GHALI, Boutros, Secretário-Geral da ONU. *An Agenda for Peace*. UN Press, Nova York, USA, 1992.
- BARRENTO, Antônio Martins, Brigadeiro. Alguns Comentários sobre Forças Multinacionais. *Nação e Defesa*, nº 68, outubro-dezembro de 1993. Lisboa, Portugal, 1993.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1961.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro*. IBGE. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1972.
- GUEDES, Max Justo, Capitão-de-Mar-e-Guerra. As Guerras Holandesas no Mar. *História Naval Brasileira*. 2 v. tomo 1 B. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1993.
- KEEGAN, John. *A History of Warfare*. Alfred A. Knopf. Nova York, NY, USA, 1993.
- MACEDO CARVALHO, Luiz Paulo, Coronel. As Forças Armadas no Século XXI. *Mastro*, junho de 1995. Lisboa, Portugal, 1995.
- MATAXIS, T. C., General. *Aspirations versus Reality*. Universidade Militar Americana. Southern Pines, North Carolina, USA, 1995.
- MEIRA MATTOS, Carlos de, General-de-Divisão. *A Experiência da FAIBRÁS na República Dominicana*. IBGE. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1967.
- OLIVEIRA, João Pereira de, General. *Vultos e Fatos de Nossa História*. Imprensa do Exército. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1961.
- RENNER, Michael. *The Future of Peacekeeping*. Worldwatch Institue. Washington, D. C., USA, 1993.
- SOUZA, A. Botelho de, Contra-Almirante. *O Período da Restauração nos Mares da Metrópole, no Brasil e em Angola*. Agência Geral das Colônias. Lisboa, Portugal, 1940.
- US ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE. *Peace Operations*. Fort Leavenworth, Kansas, USA, 1994.

Quem escolhe Toyota não joga no escuro.



Jipe equipado com opcionais.

Não é por acaso que ninguém duvida do Jipe Toyota. Forte. Versátil. Com o motor OM 364 mais potente, ele enfrenta as piores estradas e aguenta o trabalho pesado. Se você quiser, seu Toyota pode vir equipado com roda livre, relógio quartz, tacômetro, bancos em tecido, direção hidráulica, ar condicionado e muitos outros itens. Além disso, na hora da revenda você também não arrisca. Porque ele tem grande durabilidade e valorização de mercado. Agora que o Jipe Toyota deixou bem claro suas vantagens, é só levar o seu. Com toda a certeza.



Junco



TOYOTA 4x4